

CONTRATO CEDAE N.º 153 /2018 (DF)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **VITTA QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e Diretor de Administração Financeira e Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **VITTA QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, sediada na Av. Dom João VI, nº 600, Parque Empresarial Santa Rita, Bairro do Socorro, Pindamonhangaba/SP, CEP. 12.412-805, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.745.687/0001-48, neste ato por meio de seu procurador ao final assinado, Sr. NELSON BIONDI JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 16.889.627 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 057.891.828-52, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de Aquisição de Sais de Ferro, com fundamento no **Processo Administrativo nº E-07/100.786/2017**, mediante **Pregão Eletrônico nº 345/2018** que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864 de 2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006 e pelo instrumento convocatório, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a aquisição de "**AQUISIÇÃO DE SAIS DE FERRO**", item 01 do anexo I ao Edital.

Item	Descrição	Quant (KG)
01	Cloreto Férrico	9.000.000

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso a necessidade da **CEDAE** seja inferior à quantidade estimada de utilização do produto, considerar-se-á concluído o objeto ao final do prazo de vigência do contrato, ainda que haja saldo do produto a ser entregue, ressalvadas as situações previstas nos parágrafos primeiro e segundo da cláusula segunda.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de conclusão do objeto contratado sem entrega total da quantidade estimada do produto, conforme descrito no parágrafo primeiro, o contratado fará jus apenas ao recebimento do valor proporcional à quantidade efetivamente entregue.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **360 (trezentos e sessenta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento, sendo a entrega fracionada conforme previsto no Termo de Referência (Anexo III do Edital).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Admite-se a prorrogação do contrato se, ao final do prazo de vigência, ainda houver quantidade de produto a ser entregue, e desde que demonstrada a vantajosidade para a **CEDAE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Admite-se, ainda, a prorrogação do contrato no caso de acréscimo quantitativo de seu objeto, na forma do art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que demonstrada a vantajosidade para a **CEDAE**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº **345/2018** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.
- e) manter o estoque mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus propositos à **CEDAE** ou terceiros.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2018**, assim classificados:

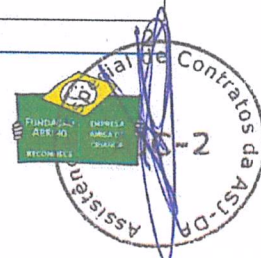
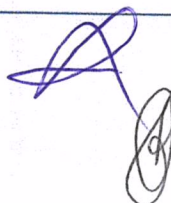
Programa de Trabalho: 1200226064
Código Orçamentário: 33.90.30.21
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 411110207
Centro de Custos: DP22020000
ID da Reserva Orçamentária: 2018000932

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 9.288.000,00** (nove milhões, duzentos e oitenta e oito mil reais), conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant (KG)	Valor Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Cloreto Férrico	9.000.000	1,032	9.288.000,00



CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

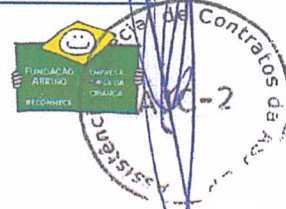
PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CEDAE deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 9.288.000,00 (nove milhões, duzentos e oitenta e oito mil reais)**, em parcelas de acordo com as quantidades fornecidas e aprovadas pela fiscalização, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material correspondente a cada parcela, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá



encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá mencionar na nota fiscal a seguinte expressão: “Operação beneficiada com redução do ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 37.601, de 13 de maio de 2005, alterado pelo Decreto nº 45.607, de 21 de março de 2016. Valor dispensado de R\$ _____ (valor por extenso)”.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplimento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplimento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplimento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas “a” e “b”, do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de prestação de garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do Art. 56 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

PARÁGRAFO QUARTO: A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO QUINTO: A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

PARÁGRAFO SEXTO: Se a contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multiriscos básicos**, que conterá as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

PARÁGRAFO OITAVO: A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

PARÁGRAFO NONO: A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.



PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo XI do Edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a **CEDAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da **CEDAE** constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá:

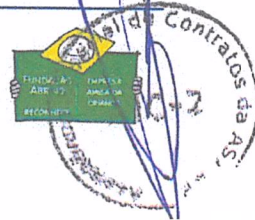
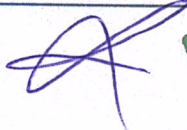
- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez Por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior a multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

PARÁGRAFO ÚNICO: As importâncias decorrentes de qualquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA



b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;

b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO QUINTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

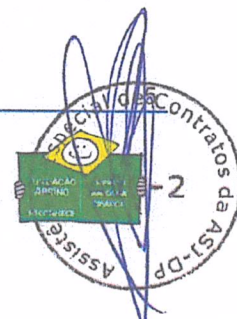
PARÁGRAFO NONO: Se o valor das multas previstas na alínea "b", do caput, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

PARÁGRAFO DÉCIMO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.



c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou

e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à **CEDAE**, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

PARÁGRAFO QUARTO - A comunicação imediata à **CEDAE** de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da **CEDAE**, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

PARÁGRAFO SEXTO - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

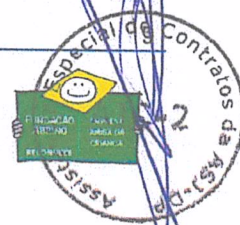
PARÁGRAFO NONO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade



O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato TCE-RJ nº 280/2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

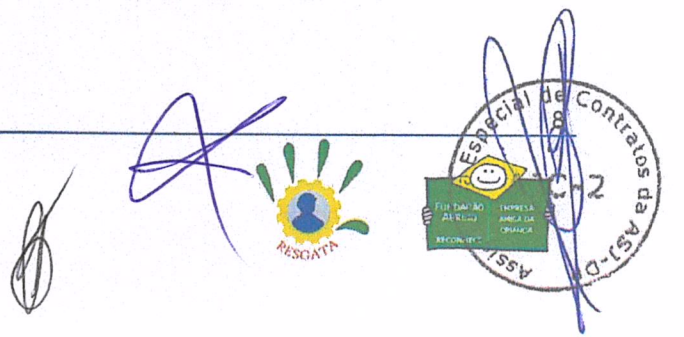
CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;



de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 07 de Novembro de 2018.

Pela **CEDAE**:

JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente

HÉLIO CABRAL MOREIRA
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com
Investidores

Pela **CONTRATADA**:

NELSON BIONDI JUNIOR
Procurador

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____
Ref. Contr-VITTA-QUÍMICA-aquisição-de-sais-de-ferro-PE-345-2018-VBO

Ref. Contr-VITTA-QUÍMICA-aquisição-de-sais-de-ferro-PE-345-2018-VBO

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOSDESPACHOS DO PRESIDENTE
DE 29.10.2018

PROC. Nº E-10/005/105762/2018 - AUTORIZA a atualização do quadro de horários e frota do serviço 428P Campo Grande - Itaguaí (via Estrada do Campinho) "SA", operado pela empresa Expresso Real Rio LTDA (RJ-133), mantidas as demais características operacionais: Partidas de Campo Grande. De segunda-feira a sábado. De 4h10 às 18h20, de 50 em 50 minutos. De 18h20 às 22h, de 55 em 55 minutos. Aos domingos. De 5h30 às 19h30, de 60 em 60 minutos. De 19h30 às 21h40, de 65 em 65 minutos. Partidas de Itaguaí. De segunda-feira a sábado. De 5h às 20h, de 50 em 50 minutos. De 20h às 22h, de 60 em 60 minutos. As 23h50. Aos domingos. De 5h às 19h, de 60 em 60 minutos. De 19h às 22h30, de 70 em 70 minutos. Frota mínima: 4 (quatro) ônibus urbanos.

DE 31.10.2018

PROC. Nº E-10/005/3110/2018 - AUTORIZA a reformulação do quadro de horários e frota da linha P410 Morro Azul - Vassouras (via Sacra Família) "SA", operada pela empresa de Ônibus e Turismo Pedro Antonio LTDA (RJ-126), conforme abaixo especificado, mantidas as demais características operacionais: Saídas de Morro Azul. De segunda-feira a sábado, às 16h30. Saídas de Vassouras. De segunda-feira a sábado, às 11h30. Frota mínima: 01 (um) ônibus rodoviário.

PROC. Nº E-10/005/107544/2018 - AUTORIZA a reformulação do quadro de horários e frota da linha B505 Amação dos Búzios - Santo Antônio (via Raza) "SA", operada pela empresa Auto Viação Saneira LTDA (RJ-111), mantidas as demais características operacionais: Partidas de Amação dos Búzios. De segunda-feira a sábado, de 5h às 23h, de 180 em 180 minutos. Aos domingos e feriados, de 5h30 às 23h30, de 180 em 180 minutos. Partidas de Santo Antônio. Diariamente, inclusive feriados, de 7h às 22h, de 180 em 180 minutos. Frota mínima: 02 (dois) ônibus urbanos.

DE 09.11.2018

PROC. Nº E-10/005/4806/2018 - AUTORIZA a suspensão do Serviço de Transporte Complementar, do permissionário Sr. Gilberto Marino Guimarães, registro nº 501.006, no prazo de 30 (trinta) dias.

PROC. Nº E-10/005/5428/2018 - MANTENHO o indeferimento.

PROCESSOS NºS E-10/005/100929/2018, E-10/005/105502/2018, E-10/005/106667/2018, E-10/005/106694/2018, E-10/005/107108/2018, E-10/005/107110/2018, E-10/005/107893/2018, E-10/005/107898/2018, E-10/005/107903/2018 E E-10/005/109456/2018 - AUTORIZO os parcelamentos de débito.

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOSRETIFICAÇÃO
D.O. DE 30.10.2018
PÁGINA 22 - 1ª COLUNADESPACHO DO PRESIDENTE
DE 02.10.2018

Proc. nº E-10/005/100887/18
Onde se lê: "...Serviço Nova Iguaçu - Resende (via RPTN) A..."
Leia-se: "...Serviço Nova Iguaçu - Resende A..."

Secretaria de Estado do Ambiente

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ATO DO DIRETOR-GERAL INTERINO

PORTARIA SEA DGAF Nº 75 DE 13 DE NOVEMBRO 2018

CONSTITUI COMISSÃO PARA OS FINS QUE

MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - INTERINO DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA, no exercício de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar DANIEL PAULINO SILVA ID. Funcional 5034760-8, WALDINEI AZEVEDO DA SILVEIRA, ID. Funcional nº 4253391-1 e ANDRÉ MOREIRA DE SOUSA SILVA, ID. Funcional nº 4274784-8 para a presidência do primeiro, constituir Comissão de Inventário de Bens Patrimoniais da Secretaria de Estado do Ambiente - SEA, referente ao exercício de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2018

LINCOLN MURCIA
Diretor-Geral de Administração e Finanças-Interino

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

ATO DOS PRESIDENTES

PORTARIA CONJUNTA INEADRM-RJ Nº 212
DE 09 DE NOVEMBRO DE 2018

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA E PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS MINERAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DRM-RJ, no exercício de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 7.844, de 10 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2018, o Decreto nº 46.230, de 31 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a Programação Orçamentária e Financeira e Estabelece Normas para a Execução Orçamentária do Poder Executivo para o Exercício de 2018 e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a Descentralização da Execução Orçamentária e a IN AGE nº 24, de 09 de setembro de 2013, que estabelece normas para a prestação de contas de descentralização,

RESOLVE:

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário, na forma a seguir especificada:

I - PROJETOS: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 04/2016. Processo INEA Nº E-07/002.04923/2016.

II - VIGÊNCIA: início: data da publicação da portaria e término: 31/12/2018.

III - DE/Concedente: 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

UO: 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA.
UG: 243200 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

IV - PARA/Executante: 3134 - Departamento de Recursos Minerais - DRM-RJ.

UO - 3134 - Departamento de Recursos Minerais - DRM-RJ.
UG - 3531.00 - Departamento de Recursos Minerais - DRM-RJ.

V - CRÉDITO

PT: 2432.18.543.0190.5455 - Melhoria da Infraestrutura Hidráulica dos Corpos Hídricos.

Natureza da Despesa Fonte Valor
3390.00 230 R\$ 42.316,83

Art. 2º - A prestação de contas dos recursos descentralizados, nos termos do Decreto nº 42.436/2010, deverá ser elaborada pelo responsável do setor que acompanhou a execução do objeto da descentralização, acompanhada de toda documentação, conforme previsto na Instrução Normativa AGE nº 24, de 10/09/2013. Quando a prestação de contas final não for encaminhada no prazo determinado ou se for constatada quaisquer impropriedades, quando da análise, deverá a concedente notificar, imediatamente, a executante, a fim de, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas, conjuntar a obrigação ou sanar as impropriedades.

Art. 3º - Esta Portaria Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2018

MARCUS DE ALMEIDA LIMA
PresidenteWILSON FERREIRA GIOZZA
Presidente

ID: 2145607

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

DESPACHOS DO PRESIDENTE

DE 06.11.2018

PROCESSO Nº E-07/002.6663/2016 - AUTORIZA a prorrogação da Licença sem Vencimento do servidor GLAUBER SOARES CARVALHO, Biólogo, ID Funcional nº 4374324-6, pelo período de 2 (dois) anos, a contar de 20/10/2018, conforme deliberação nº 301º Reunião Ordinária de Assentos Gerais do CONDOR do dia 17 de outubro de 2018.

PROCESSO Nº E-07/002.1947/2018 - AUTORIZA a licença sem vencimento do servidor RÔMULO FÁRIA FERREIRA, Advogado, ID Funcional nº 4461238-2, pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 09/11/2018 a 08/11/2020.

DIRETORIA DE PÓS LICENÇA

DESPACHOS DO DIRETOR

DE 08.11.2018

PROC Nº E-07/002.14131/15 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES RIOS, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Auto de Infração através do parecer constante em fls. 51/58.

PROC Nº E-07/002.4888/16 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa HOSPEDAGEM BEIRA MAR LTDA-ME, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Auto de Infração através do parecer constante em fls. 22/26.

PROC Nº E-07/002.3842/16 - DEIXO DE CONHECER a impugnação apresentada pela empresa CERÂMICA GUARAL LTDA - EPP, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Auto de Infração através do parecer constante em fls. 27/30.

PROC Nº E-07/002.9613/14 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa MINERAÇÃO LITORÂNEA S.A., acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Auto de Infração através do parecer constante em fls. 56/60.

PROC Nº E-07/002.2303/16 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa SUPERMERCADO FEIRA NOVA LTDA, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Auto de Infração através do parecer constante em fls. 22/25.

PROC Nº E-07/002.14131/15 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES RIOS, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Auto de Infração através do parecer constante em fls. 51/58.

PROC Nº E-07/503498/10 - DEIXO DE CONHECER a impugnação apresentada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ, em função de sua intempestividade, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Auto de Infração através do parecer constante em fls. 54/57.

PROC Nº E-07/002.2663/13 - DEIXO DE CONHECER a impugnação apresentada pelo Sr. RODOLFO RIECHERT, em sua intempestividade, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Auto de Infração através do parecer constante em fls. 81/84.

PROC Nº E-07/002.7850/15 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa INDUSTRIA DE CAFE GAROTO DE PADUA LTDA, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Auto de Infração através do parecer constante em fls. 55/60.

PROC Nº E-07/002.12972/15 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A., RECUSO acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Auto de Infração através do parecer constante em fls. 64/72.

PROC Nº E-07/002.1136/14 - INDEFIRO a impugnação apresentada pelo Sr. WILLIAM RIBEIRO DA SILVA, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Auto de Infração através do parecer constante em fls. 40/44.

DIRETORIA DE GENTE E GESTÃO

GERENCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHO DA GERENTE

DE 09.11.2018

PROCESSO Nº E-07/002.105523/2018 - LÍCIO AUGUSTO DOS SANTOS PENSENHA, Ajudante Operacional, matrícula nº 2701668-2, ID funcional 2150106-8. O servidor FÁZ JUS ao abono de permanência, pois completou os requisitos para Aposentadoria Integral em 26/10/2018, nos termos do Art. 40, § 1º, III, "a" da CF/88, estando o presente administrativo de acordo com a legislação vigente, e alinhado com a Resolução SARE nº 3026/04.

SUPERINTENDENTE REGIONAL DA BAÍA DE GUANABARA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

DE 09.11.2018

PROCESSO Nº E-07/002.18002/2013 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos ao imóvel situado à RUA MARIA ANGÉLICA, Nº 183 A 185 - LAGOA, Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 173/18, referente ao processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/101.733/2008 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos ao imóvel situado à AV. NOSSA SENHORA DE CARMONA, Nº 144 - COPACABANA, Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 172/18, referente ao processo em referência.

ID: 2145610

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPBGEIA/00151456

NOME: Castro Indústria e Comércio de Pescados Ltda. CNPJ/CPF Nº 31.980.576/0001-96. ENDEREÇO: Rua Poeta Brasil dos Reis, 189 - Praia do Anil, Município: Angra dos Reis - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não cumprimento ao disposto na notificação SUPBGEIA/01044876. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: R\$ 1.293,14. PROCESSO Nº E- 07/002.6858/2015.

ID: 2145606

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 25/10/2018

DESIGNA CARLA ROBAINA DE ARAUJO, Técnico de Contabilidade II, como Presidente, **RENATO FERREIRA COELHO**, Técnico de Contabilidade II, **HELMUT ALEXANDRE DE PAULA**, Contador B, como

membros titulares e **RENATO DA SILVA FERREIRA**, Assessor de Diretoria, como membro suplente, **Gerente do ANDREA CONCEIÇÃO FERREIRA MARTINS**, Agente de Saneamento H, para Gerente do referido contrato, de acordo com a Ordem de Serviço "E" nº 11.664 de 07/12/2010, bem como **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS DE REAVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL DA PRECE E CAC, CONFORME DELIBERAÇÃO CVM Nº 695/2012, PARA O EXERCÍCIO DE 2018", de que trata o Processo nº E-07/100.244/2018, Ordem de Serviço "E" Nº 15.299/2018.

ID: 2145225

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 26/10/2018

DESIGNA MARCOS LUIZ JOSE MARTINS, Técnico de Saneamento II, como Presidente, **DAVI FERREIRA DO MONTE**, Agente de Saneamento C, **WALLACE NEY CERQUEIRA DA SILVA**, Engenheiro B, **ERASMO PIRAMA DA SILVA JUNIOR**, Agente de Saneamento G, **OTAVIO GREGÓRIO DA SILVA FILHO**, Agente de Saneamento G, **LEANDRO TEIXEIRA PINTO**, Engenheiro B, **JOSE ANTONIO MARQUES FERREIRA**, Agente de Saneamento D, **OCTAVIO LEGG NETO**, Engenheiro E, **LANDERLEY LEMOS DE ABREU**, Técnico de Eletromecânica II, **WILSON ELIAS MIGUEL**, Agente de Saneamento G, **CARLOS NEVES FONTES**, Técnico de Eletromecânica II, **RAFAEL CORREA BRAGA**, Engenheiro A, **ALBERTO JOSE SOARES**, Agente de Saneamento G, **CELSO SOARES SILVA**, Agente de Saneamento I, **RIVALDO DOS SANTOS DE SOUZA**, Agente de Saneamento D, **MANOEL AUGUSTO DOS SANTOS**, Agente de Saneamento G, **MARCUS VINICIUS CORREA NEVES**, Agente de Saneamento G, **DEMILSON SOARES SILVA**, Agente de Saneamento G, **GILSON RAFAEL**, Técnico de Eletromecânica II, **PAULO VITOR SILVEIRA PRIMO**, Engenheiro B, **WILSON VENTURA DA SILVA**, Agente de Saneamento G, como membros titulares e **CELSO JACINTO DA CRUZ**, Agente Administrativo E, como membro suplente. Gerente do Contrato **MARCIO ANTONIO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II, **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à "AQUISIÇÃO DE GÁS OXIGÊNIO E DIOXÍDO DE CARBONO" de que trata o Processo E-07/100.313/2018, Ordem de Serviço "E" Nº 15.302/2018.

ID: 2145226

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 23/10/2018

DESIGNA LEONEL FAGUNDES DE ASSIS, Agente de Saneamento I, como Presidente, **WELLIS RODRIGO DA SILVA COSTA** e **LEANDRO COUTO ROSA**, Técnicos de Laboratório II, como membros titulares e **JOÃO ANGELO GOMES DE SOUZA**, Analista de Qualidade C, como membro suplente. Gerente do Contrato **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II, **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à "AQUISIÇÃO DE SAIS DE FERRO", de que trata o Processo nº E-07/100.786/2017, Ordem de Serviço "E" Nº 15.293/2018.

ID: 2145227

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 31/08/2018

DESIGNA MARIA DA GLÓRIA DA CONCEIÇÃO BENETTI, Técnica de Contabilidade II, como Presidente, **FÁBIO LUIZ FERREIRA DA PAZ**, Assessor Técnico, **SANDRO ARANTES DRUMOND COUTINHO**, Agente de Saneamento H, como membros titulares, e **MARCO ANTONIO DE ANDRADE RODRIGUES**, Agente Administrativo B, como membro suplente. Gerente do Contrato **PAULO CARREIRA DE OLIVEIRA**, Agente Administrativo B e **FERNANDA DA SILVA PACHECO SILVA**, Contador B, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à "LOCAÇÃO DO IMÓVEL NO MUNICÍPIO ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN, SITUADO NA AV. JOÃO BATISTA FERREIRI, Nº 136, FUNDO DO CENTRO - ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN - RJ", de que trata o Processo nº E-17/100.281/2016, Ordem de Serviço "E" Nº 15.233/2018.

ID: 2145228

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DA PRESIDENTE

PORTARIA PRES/ITERJ Nº 181 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2018

DESIGNA AGENTES SECCIONAIS DE BENS IMÓVEIS DESTES INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ITERJ.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ITERJ, DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso II, artigo 12, do Decreto nº 26.818, de 31 de julho de 2000 e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº E-07/020/100002/2018;

CONSIDERANDO a edição dos Decretos nº 46.028, de 23/08/2017 e nº 46.299, de 04/05/2018, que versam sobre a criação da Rede de Patrimônio Imóvel do Estado do Rio de Janeiro - REDEPAT e o Sistema Estadual de Gestão do Patrimônio Imóveis - SIGEPAT.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores, abaixo relacionados, no processo administrativo nº E-07/020/100002/2018:

Carlos Pereira Junior, Técnico Assistente, ID Funcional nº 2052874-4 - Agente Seccional;

Edil Pericles Faria, Analista de Desenvolvimento Fundiário - ID Funcional nº 5022391-9 - Agente Seccional.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2018

ELISABETH MAYUMI SONE DE RIBEIRO

Presidente

ID: 2145567

Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

DE 12.11.2018

PROCESSO Nº E-02/007/101607/2018 - HOMOLOGO o resultado da licitação na modalidade de SHOPPING Nº 023/2018, do tipo Menor Preço Global por Lote, realizado em 08/11/18, cujo objeto foi adjudicado nos termos do art. 9º, inc. V, do precatório Regulamento, na forma que segue a firma:

KZFS SISTEMAS E PROJETOS LTDA, para o Lote Único - Contratação de Empresa para o Aprimoramento (Customização), com a Finalidade de Evoluir e Otimizar a Estrutura do Sistema de Planejamento Comunitário Participativo - Sistema PCP Agro Geo - com Inclusão de Novas Funcionalidades de Coleta, Acompanhamento e Organização de Dados da Assistência Técnica e Extensão Rural para a Gestão e Consolidação dos Planos de Trabalho das Microbasas Hidrográficas do Projeto Rio Rural, no valor global de R\$ 185.400,00 (cento e oitenta e cinco mil e quatrocentos reais).

ID: 2145128

DE 12.11.2018

PROCESSO Nº E-02/003/1912/2012 - RECONHEÇO A DÍVIDA, no valor de R\$ 51.676,49 (cinquenta e um mil seiscentos e setenta e seis reais e quatrocentos e nove centavos), em favor do Grupo Impacto Empreendimentos EIRELE-EPP.

ID: 2145395

9BGXL75G08C707368, 2007/2008, GM/MERIVA JOY, QUALITY SERVICE PARKING INC SC LTDA, DTJ0204/SP, 9C2KC08207R027643, 2007/2007, HONDA/CG 150 TITAN ESD, LOBENS LOCAAO MAQUINAS E E V LTDA ME, DUK6846/SP, 9BGWFO7X58P025078, 2008/2008, VW/KOMBI LOTACAO, DIEGO SILVA RAMOS, DUW4198/SP, 9C2KC08108R011116, 2007/2008, HONDA/CG 150 TITAN KS; MANOEL BASTOS LOPES, DUX3448/SP, 9C6KE09306005350, 2008/2006, YAMAHA/XTZ 125E; MOTO DEL NERO LTDA, LUIS FERNANDO DE SOUZA, DZQ1638/SP, 9C2CF47A8M035587, 2007/2008, JTA/SUZUKI AN125; ADEMIR FRANCISCO RODRIGUES, EAB8620/SP, 9BWA052984145502, 2011/2011, VW/FOX 1.0 G16; HSCB BANK BRASIL S A BCO MULTIPLO, FERNANDA MARIA SANTOS DA SILVA, EAH387/SP, 9BD17206583405583, 2008/2008, FIAT/SIENA FIRE FLEX; MAURICIO LETIERI LINARES, EDX9601/SP, 8AFER137AJ257364, 2009/2010, IFORD RANGER XLT 13P; HADI SEGUROS SA, EFG0513/SP, 9C2JC30708R726542, 2008/2008, HONDA/CG 125 FAN; CRISTIANO DO NASCIMENTO MARINHO, BV FINANCEIRA SA C F I, EFU0511/RJ, 9BGU7U5D0AC193552, 2010/2010, GM/FAIRFA ELEGANCE, JOAO BATISTA GOMES, EY2157/SP, 9302NKF09B031159, 2007/2009, PEUGEOT/207PASSION XR S; IVONE SANTOS DE SOUZA, EL9192/SP, 9BWA05XU8X130976, 2010/2011, VW/GOL 1.0; LOCARALPHA LOCADORA DE VEICULOS LTDA, EMG4677/SP, 9BGRX4810AG248427, 2009/2010, GM/CELTA 4P SPIRIT; LUIS OTAVIO CHAVES GOMES, EMM2761/SP, 8AD2MKFWX8G053638, 2010/2011, IPEUGEOT 207HB XR; MAURICIO PINTO DO NASCIMENTO, ENM8735/SP, 9BD27844DA7272450, 2010/2010, FIAT/STRADA ADVENTURE CD; TAVARES SOUZA COM DE FERRAGENS LTDA, EPP7324/SP, 9BWMF07X0AP023943, 2010/2010, VW/KOMBI; LIA NA ROCA BAR E LANCHONETE LTDA ME, LILIANE DE SOUZA LEITE, EPQ0763/SP, 9BGLX80PAC221958, 2010/2010, GM/MONTANA CASCUEST; MARCELO AUGUSTO VIANNA DE SOUSA, BANCO PAN S.A, FJ24265/SP, 93HGE6750A2108390, 2009/2010, HONDA/FIT LXL FLEX; ANDERSON FERRER RAMOS, EOP3581/SP, 95VCA4C5AAM002311, 2010/2010, DAFRA/SPED 150; MARIA DE FATIMA RAMOS DOS ANJOS, ERN1023/SP, 93YBSR6RHJ566895, 2010/2011, RENNAULT/SANDERO AUT1016V; LAURO MARTIN DE OLIVEIRA, EUP1429/SP, 9BWMF07X8CP005063, 2011/2012, VW/KOMBI; EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E TV FII, RF DIGITAL, EVV6143/SP, 9BGR0808PCC315292, 2011/2012, CHEVROLET/CELTA 1.0 L; CAIO PATARCA, FAK7628/SP, 9BWAU810BCU416399, 2011/2012, IHHUNDAI IX35 2.0; GIOVANNI SANTORO, FOA5590/SP, 935UNHAYC8548331, 2011/2012, CITROEN/C3 ARCROSS EXCM; HENRIQUE MANTOVANI CASSORIELLO, BRASECO ADM CONSORCIO LTDA, MATHEUS MARVILA DA SILVA, FDI6573/SP, KM-HC61CB0U054998, 2012/2013, IHHUNDAI VELOSTER; J C GUIDO 8AMPT, CIA LTDA EPP, FEH1910/SP, 9BWA445290483934, 2012/2013, VW/FOX 1.0; EVA FRANCISCA DE SOUSA LIMA, EAV740/SP, FVFS479/SP, 9BD17H64S0534561, 2012/2013, FIAT/PALIO FIRE ECONOMY; TAG MENSAGERIA TRANSPORTES E SERVICOS LT, FJX119X/X, 95VCO5D2F6M000569, 2015/2016, DAFRA/RVIA 150; MC ASSESSORIA COBRANCA CONSULTORIA E ADM, FRN8137/SP, VBA381104EFP42257, 2013/2014, IBMW 3201 ACTIVE FLEX; VARGIS SA VICAAC AEREA RIO GRANDESE, FR55945/SP, 9B53AE2B75508328, 1999/2000, TOYOTA/COROLLA LEX; LUIS RODRIGO ESTEVES DE SOUZA, FSW7671/SP, 9C2JF2500ER305811, 2014/2014, HONDA/LEAD 110; BRASIL VEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS, FABIO ALANER DOS RAMOS, GTP5784/SP, 9BGVN1S1ELL171476, 1990/1990, GM/CARAVAN; CAMILA PADELA CABRAL DA SILVA, PAULO GERONIMO B. DE SOUZA KRAWCZUK, GWV5614/RJ, 9BD17203753143384, 2004/2005, FIAT/SIENA FIRE; LANCAMIX CONCRETO SA LTDA, JAUDE ARAAGO MOTA, FRH7509/SP, 9BD27833A72547664, 2009/2007, FIAT/STRADA FIRE FLEX; JEFFERSON TEIXEIRA BARRETTO, 9BGLX80PAC221958, 2007/2008, FIAT/UNO MILE FIRE FLEX; BRASECO AUTO RE COMPANHIA DE SEGUROS, SANDRO GAERTNER PINTO, HJU4049/SP, 9BD2504499848110, 2008/2009, FIAT/FIORINO FLEX; MARCOS SOUZA LIMA, HWV6160/SP, JSAFTL52VW4100390, 1998/1998, IMP/SUZUKI GUITARA 2.0 V; ANDERSON LUIS CUSTODIO SILVEIRA, KW8257/RJ, 9BD19240123004773, 2002/2003, FIAT/STILO; FUNDACAO RUBEN BERTAL, IM05341/RS, 9BD11995861029128, 2005/2005, FIAT/DOBES; JOSE DELA VECCHIA, IOJ4357/RS, 9BD27833A7043765, 2007/2008, FIAT/STRADA FIRE FLEX; NELSON DE CASTRO FELIX, JGE3573/DF, 9BWA05Z744011031, 2004/2004, VW/FOX 1.0; ALEXANDER CHEREM DE MELLO, JXR7188/AM, 9BWA05Z74606579, 2005/2006, VW/FOX 1.0; ROMULO DOS SANTOS MELO, JXS0704/AM, 9C2JA04307R007809, 2007/2007, HONDA/BIZ 125 MAIS; PEDRO MOREIRA BARBOSA, JXS3031/SP, 9BD17350EC4370818, 2011/2012, FIAT/PALIO WEEK TREKKING; ARILSON DOS SANTOS, JXU4374/AM, 9C2JC0708R11578, 2007/2008, HONDA/CG 125 FAN; ADRIANO ANDRE MARQUES, BANCO GE CAPITAL, SP, KMW9516/RJ, 8AC9036728A975404, 2007/2008, IM.BENZ133CDI, SPRINTER; PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, MARCOS SANTOS, KNO8865/SP, 9CDDCF47AJM804523, 2008/2008, JTA/SUZUKI AN125; CARLOS NORONHA, KOF4259/RJ, 9BGT080JUNNC145293, 1992/1992, GM/CHEVY 500 LD; NANCY DA SILVA SERRANO, KLOM901/RJ, 9BGS08WSSC634223, 1995/1995, GM/CORSA WIND; CLAYTON DA SILVA CUNHA, BANCO PAN S.A, KON3699/RJ, LJ125KX10C0147363, 2011/2012, IJAC JS; UBRATAN DOS SANTOS, KO0771/RJ, 9BGS78JAC159670, 2011/2012, GM/ZAFIRA COMFORT; APOLIANA APARECIDA CHAGAS FERNANDES, KOQ4770/RJ, 9C2JC4110AR890409, 2010/2010, HONDA/CG 125 FAN KS; WEVERSON DE SOUZA PICADA, BCO M. BENZ DO BR S/A, KOC4799/RJ, 8AC904463CE05732, 2011/2012, IM.BENZ413CDI SPRINTER; MARCIO BATISTA DE OLIVEIRA, KOV761/RJ, 9BWF07X8P007739, 2007/2008, VW/KOMBI; NA-TERCIA ROSSI, KOZ0848/RJ, 9BD17206583405583, 1995/1995, FIAT/UNO MILE FIRE; ANTONIO ALVES BRAGA, KPW4934/RJ, 9C2KD0540ER029617, 2014/2014, HONDA/XR150 BROS ESD; ROBENS COM E LOC DE VEICULOS LTDA, BANCO RODOBENS SA, MIZEL DA SILVA GOMES, KOR2560/RJ, 9B8BDHW8F0229665, 2014/2015, TOYOTA/COROLLA LXI20FLEX; RAFAEL DE JESUS DA SILVA, BANCO PAN S.A, KRH7796/RJ, 9C2JC4110FR304429, 2015/2015, HONDA/CG 125 FAN KS; DLUNA-SERVICOS DE F DE A PREPARADOS LTDA ME, KRJ9184/RJ, 9BWF17XXV005405, 1999/2000, VW/KOMBI; FIDELIO HENRIQUE SOUZA DE ANDRADE, BCO GMAC S/A, KRR6737/RJ, 9BGCJ69E0GB179969, 2016/2016, CHEVROLET/COBALT 1.8 LTZ; SIDNEI ROCHA SAMPALHO, KSN5280/RJ, 9BWWZ233ZF0005607, 1985/1985, VW/KOMBI; ANTONIO SOARES DA SILVA, K9S2356/RJ, 9BWWZ233ZG021466, 1998/1998, VW/KOMBI; ALVARO CONCEICAO DE ARRUDA BARCELLOS, BCO ABN AMRO SA, MILTON NOGUEIRA MACHADO FILHO, KJL277/RJ, 9BGMW08MLC300775, 1991/1991, GM/KADETT; GS; OSWALDO GRACA COUTO, BCO HONDA S/A, KVX2911/RJ, 93HFA64082247649, 2008/2008, HONDA/CIVIC LXS FLEX; NELCOR ETOILE COMERCIO DE VEICULOS LTDA, GILSON COSTA DA SILVA, KWA3077/RJ, 9362PKFV09B025663, 2008/2009, PEUGEOT/207SW XR S; AMANDA LEANDRO DA COSTA, KWC5564/RJ, 9C2JC4110DR418857, 2013/2013, HONDA/CG 125 FAN KS; VANDERLEI MOREIRA MACHADO, BANCO ITAUCARD S/A, KWW969/RJ, 9BD13531SG2284176, 2015/2016, FIAT/IDEA ADVENTURE 1.8; MANOEL PEDRO LEMOS D OREY, KY54364/RJ, 9BWA0524C4040039, 2011/2012, VW/FOX ROCK IN RIO; CRISTIANE SILVA DOS SANTOS, KZD2182/RJ, 9BWMF07X58P025493, 2009/2009, VW/KOMBI; SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGURO, LEVI DOS SANTOS MACIEL, KZE0164/SP, 9BGS091201180897, 2000/2001, GM/CORSA WIND; PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, MARCELO DA SILVA COELHO, KZ1150R/RJ, 9BGMW08MLC300775, 2011/2012, IJAC JS; EN125 YES; YASUDA SEGUROS SA, WILLIAN DA SILVA MOURA, KZN1602/SP, 9362NKFV09B032912, 2008/2009, PEUGEOT/207PASSION XR S; DIEGO DE SOUZA WANDERLEY, BV FINANCEIRA SA C F I, PATRICIA PEREIRA FERREIRA, KC08091/RJ,

9BGRZ0890G6123782, 2005/2006, GM/CELTA 2P LIFE; DAIANA PRISCILA MOURA DE SOUZA, LUCIELE JARAL DO NASCIMENTO, KZ2R112/RJ, 9C2JC30705R105482, 2005/2006, HONDA/CG 125 FAN; PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS, KZU1774/RJ, 9C2MD34005R018072, 2005/2006, HONDA/XR 250 TORNADO; ROSANGELA VELASCO DA SILVA, ALIANE MACHADO DE ARAUJO, KZU3094/RJ, 9BGT08W06B162970, 2005/2006, GM/ASTRA HB 2P ADVANTAGE; PEDRO PAULO FERREIRA FONSES, KZ20033/RJ, 9BWB052784047785, 2005/2006, VW/CROSS-FOX; LEANDRO COSTA DA CONCEICAO, BCO ABN AMRO REAL S/A, LAO1021/RJ, VFN72E700R1E72565, 1994/1995, IMP/CITROEN ZX 2.0 VOLC; HANNOVER INTERNATIONAL SEGUROS SA, LAW7881/SP, 9BGS08WSSC683258, 1995/1995, GM/CORSA WIND; OSEAS BACELAR DE OLIVEIRA, ALFREDO MATOS BARBOSA, LEP4569/RJ, 9BGS08WSSC683258, 1995/1995, GM/CORSA WIND; MARCIA CONDE CARVALHO, LQ4446/RJ, 9BWWZ233ZF0005607, 1996/1997, VW/GOL 1; HELIO ALVES DE MORAES, LCP9421/RJ, 9BWWZ233ZWT159329, 1998/1999, VW/GOL CL 1.6 MI; GLEICE GUILHERME BRAGA, LCV6611/RJ, 9BWWZ233ZYT044882, 1999/2000, VW/GOL 16V; DANIELA LOPES LAUDADES DE BRITO, LH8479/RJ, 9BWWZ233ZGT13246, 1981/1982, VOIPARATI S; ARY NELLY, LHY2815/RJ, BH469434, 1976/1976, VW/KOMBI; FRANCISCO BATISTA DOS SANTOS, LIQ4446/RJ, 9BD14600P5019023, 1993/1993, FIAT/UNO ELECTRONIC; LUIZ FERNANDO LOUREIRO NACIF, LHW558/RJ, 9BGG11RRP020864, 1993/1994, GM/MONZA CL; INSTITUTO NACIONAL DO HODAD, MAX VEBER LIMA E SILVA, LIY4194/RJ, 9BWWZ233ZPP001083, 1993/1993, VW/KOMBI; JULIO CESAR DO NASCIMENTO DE PONTES, LK6008/RJ, 9BWWZ233ZMP010384, 1991/1991, VW/KOMBI; CARLOS EDUARDO TEIXEIRA, MARCELO MANOEL DA SILVA, LK7534/RJ, 9C2MC35007R45875, 2007/2007, HONDA/CBX 250 TWISTER; CARLOS ROBERTO DA SILVA, LKXV12/RJ, 9BD17201XA344883, 2009/2010, FIAT/SIENA 1.4 TETRAJUEL; MAX VEBER LIMA E SILVA, LKX7011/RJ, 9C2KC15109R034810, 2009/2009, HONDA/CG 150 TITAN KS; ANDREA JESUINO CORREA, LKY2588/RJ, 93W245L3392041730, 2009/2009, FIAT/DUCATO MINIBUS; ALDO MARIO SANTANA LIMA, SORAYA CRISTINA DA SILVA, LFI1072/RJ, 9C2C90672AE29273, 2009/2010, IM.BENZ133CDI, SPRINTER; MARCO AURELIO DOS SANTOS, BCO PANAMERICANA, LLH9243/RJ, 935ZBXMMB2062788, 2010/2011, CITROEN/JUMPER M33M 23S; MARTA DA SILVA BRUNO, BANCO ITAUCARD S/A, LQ9684/RJ, 9BWD405UOCT122389, 2011/2012, VW/VOYAGE 1.0; CLAUDIVAN ALBERTO FARIAS DE SOUZA, BV FINANCEIRA SA C F I, LLP579/RJ, 9C2KC160C01R3246, 2011/2012, VOIPARATI S; ARY TAN EX; WAGNER VASCONCELOS BLAZ, BV FINANCEIRA S A C F I, VERONICA CLAUDINO FERREIRA, LOF7092/RJ, 9BD15802534416182, 2002/2003, FIAT/UNO MILE FIRE; FABIO PEREIRA VIEGAS, YGGOR SILVA DE SOUZA, LQK768/RJ, 9C2MC3500R310028, 2002/2002, HONDA/CBX 250 TWISTER; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, MARCIO ALVES DE AZUL, LPA5399/RJ, 9C2JA04307R017266, 2007/2007, HONDA/BIZ 125 MAIS; IRWIN MAGALHAES MATTIA, BANCO SANTANDER BRASIL, SA, REBELO DE ALMEIDA PIMENTEL, LPR065/RJ, 9BD1746752538758, 2004/2005, FIAT/PALIO FIRE; BRUNO MOURA DA SILVA, BANCO ITAUCARD S/A, LPW8433/RJ, 9C2JC4110BR745351, 2011/2011, HONDA/CG 125 FAN KS; LUIZ PAULO LOPES FERREIRA, BV FINANCEIRA SA C F I, LQ6A6318/RJ, 93YLSR7RHCJ941809, 2011/2012, RENNAULT/LOGAN EXP 1016V; PEDRO FERNANDES M D ANDRIMIR, LQ1216/RJ, 9C2JC30705R035140, 2005/2005, HONDA/CG 125 FAN; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, ANGELO DUTRA BEZERRA, LHB2542/SP, 9BWA0529P014943, 2008/2009, VW/GOL 1.0; ALVIMAR OLIVEIRA LOPES FILHO, ALVIMAR OLIVEIRA LOPES FILHO, LVD4013/RJ, 9C2HA07005R041861, 2005/2005, HONDA/C100 BIZ; RAFAEL DE PAULA, LVG8136/RJ, 9BWWZ233ZPT025126, 1996/1996, VW/KOMBI; JULIO BARRETO DA SILVA, MOF2769/RS, 9C2MC27001R032052, 2001/2001, HONDA/CBX 200 STRADA; MARIA DE FATIMA ALMEIDA DE LIMA, MOI6348/PB, 9C2KC08108R211578, 2008/2008, HONDA/CG 150 TITAN KS; BRASIS VEIGAS, LKXV12/RJ, 9BGG11RRP020864, 1993/1994, GM/MONZA CL; VEGAS, YGGOR SILVA DE SOUZA, LQK768/RJ, 9C2MC3500R310028, 2002/2002, HONDA/CBX 250 TWISTER; VEIRA, RENNE RODRIGUES, MOQ0319/S, 8AWZ2377VA118732, 1998/1999, IMP/VW GOL SPECIAL; PAULO CARVALHO DE MAGALHAES, FRANCISCO DOS PASSOS DE OLIVEIRA, NBD0415/PR, 9BWWZ233ZLT116241, 1990/1991, VW/GOL CL, CARLA LOU LOUREIRO, RODAO AUTO PECAS LTDA, NBS1635/RJ, 9C2MD260VWR01044, 1998/1998, HONDA/XR 200R; WELLINGTON LOBATO GONCALVES, N037364/AM, 9C2JC4110BR700671, 2011/2011, HONDA/CG 125 FAN KS; CLENILSON MOTA FERREIRA, NRE3446/CE, 9C2KC1550AR221946, 2010/2010, HONDA/CG 150 TITAN KS; BANCALTAUCARD SA, SIBENI MIRANDA FREITAS, NSE8250/PA, 9BZF54A3A8489685, 2009/2010, FORD/FESTA SE-LINE; LOCALIZA RENT A CAR S.A., BV FINANCEIRA SA C F I, MARIA ENY LEANDRO PICOZZI, NXY0820/MG, 9BD195120C325683, 2012/2012, FIAT/UNO VIVACE 1.0; LUIZ AUGUSTO FREIRE, OFA3397/PE, 9C2JC4110CR561299, 2012/2012, HONDA/CG 125 FAN KS; ARGETEST TEC E M MIND LTDA, OIU7319/MA, 9BD1584AD6748985, 2012/2013, FIAT/UNO MILE WAY ECON; WAGNER FRANCO DINIZ, OUD1704/PI, 9C6KE1950E0003094, 2013/2014, YAMAHA/YBR125 FANTOM K1; ANDRE GARCIA SOUSA, PEZ7882/RS, 9362NNGAYB8059118, 1998/1998, GM/CORSA WIND; LUCAS LOPEZ, KMW9516/RJ, E TUR LTDA, BCO PANAMERICANA, MARCIO NASCIMENTO FARACO, PFO1135/PE, 9BWA05UJ4BP182800, 2011/2011, VW/GOL 1.6; LEBXGL0891300248, 2008/2009, IFYM F100 10A; E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados foi expedido o presente, ficando os devedores NOTIFICADOS para as providencias aqui cotadas.

AVISOS

O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIARIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, torna publico para conhecimento dos interessados, que no dia 04 de dezembro de 2018, às 10h00min, no auditório do, situado Local: CLUBE DE ENGENHARIA, Av. Rio Branco, 124 - 18º andar - Rio de Janeiro, realizará leilão DT54-18 na forma presencial e on-line, dos veículos apreendidos ou removidos, a qualquer título e não reclamado por seu proprietário, classificados como conservados, sucatas aproveitáveis ou sucatas inservíveis, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recolhimento, conforme art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, cujo os proprietários já foram notificados, tendo como leiloeiro o Sr. EDGAR DE CARVALHO JUNIOR, devidamente matriculado na JUCERJA sob nº 032. A cópia do edital poderá ser consultada através do site www.detro.rj.gov.br.

O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIARIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, torna publico para conhecimento dos interessados, que no dia 07 de dezembro de 2018, às 10h00min, no auditório do, situado Local: CLUBE DE ENGENHARIA, situado na Av. Rio Branco, 124 - 18º andar - Rio de Janeiro na forma presencial e on-line, dos veículos apreendidos ou removidos, a qualquer título e não reclamado por seu proprietário, classificados como conservados, sucatas aproveitáveis ou sucatas inservíveis, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recolhimento, conforme art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, cujo os proprietários já foram notificados, tendo como leiloeiro o Sr. EDGAR DE CARVALHO JUNIOR, devidamente matriculado na JUCERJA sob nº 032. A cópia do edital poderá ser consultada através do site www.detro.rj.gov.br.

Id: 2145633

Secretaria de Estado do Ambiente

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 124/2018 (DF).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e o Sr. AZIZ KHALIF NEAMAN.
OBJETO: LOCAÇÃO DO IMVEL, SITUADO NA AV. JOÃO BATISTA FERRINI, 36, FUNDOS, PAULO DE FRONTIN, RIO DE JANEIRO.
PRAZO: 60 (sessenta) meses.

VALOR: R\$ 54.427,54 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e vinte e sete reais e cinquenta e quatro centavos).
DATA DE ASSINATURA: 06/11/2018.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.281/2016 (DL nº 012/2018 - DF -).

Id: 2145229

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 154/2018 (DF).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a EDEN GASES E SOLDAS LTDA EPP.
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE GÁS OXIGÊNIO E DIÓXIDO DE CARBONO", itens 01 e 02 do Anexo II ao Edital.
PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 80.797,20 (oitenta mil setecentos e noventa e sete reais e vinte centavos).
DATA DE ASSINATURA: 07/11/2018.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.313/2018 (Pregão Eletrônico nº 358/2018).

Id: 2145230

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 155/2018 (DF).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a MIRADOR ASSESSORIA ATUARIAL LTDA. EPP.
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE SEGUROS TÉCNICOS DE REAVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL DA PRECE E CAC, CONFORME DELIBERAÇÃO CVM Nº 695/2012, PARA O EXERCÍCIO DE 2018".
PRAZO: 90 (noventa) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 07/11/2018.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.244/2018 (Pregão Eletrônico nº 364/2018).

Id: 2145231

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 153/2018 (DF).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a VITTA QUÍMICA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE SAIS DE FERRO", item 01 do Anexo I ao Edital.
PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 9.288.000,00 (nove milhões, duzentos e oitenta e oito mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 07/11/2018.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.786/2017 (Pregão Eletrônico nº 345/2018).

Id: 2145233

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE TERMO

"INSTRUMENTO: TERMO Nº 020/2018 DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA.
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a INFOMETER SOLUÇÕES EM SOFTWARE E SISTEMAS LTDA.
OBJETO: Reconhecimento a existência de dívida por parte da CEDAE em favor da EMISSÃO S/A.
PRAZO PARA PAGAMENTO: 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal.
VALOR TOTAL: R\$ 2.606.727,69 (dois milhões, seiscentos e seis mil setecentos e vinte e sete reais e sessenta e nove centavos).
DATA DA ASSINATURA: 04/09/2018.
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.346/2016.
"Omitido no D.O. de 05/09/2018.

Id: 2145232

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

"INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 036/2016 DÍVIDA.
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a INFOMETER SOLUÇÕES EM SOFTWARE E SISTEMAS LTDA.
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual e reajustamento do saldo contratual.
PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses.
VALOR: R\$ 1.509.853,20 (um milhão, quinhentos e nove mil oitocentos e cinquenta e três reais e vinte centavos).
DATA DA ASSINATURA: 30/08/2018.
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.128/2016 (IL nº 002/2016 - D.O. de 31/08/2018).

Id: 2145545

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 030/2018 (DF).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a PETRA AGREGADOS RJ LTDA.
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual.
PRAZO: 90 (noventa) dias.
VALOR: Sem alteração do prazo contratual.
DATA DA ASSINATURA: 09/11/2018.
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-07/100.019/2017 (Pregão Eletrônico nº 304/2018).

Id: 2145546

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO
AVISO

A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, designadas pela Portaria INPA/PRES nº 747, de 30 de novembro de 2017, do Instituto Estadual do Ambiente-INEA, torna público que fará realizar o pregão abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO 036/2018
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET BANDA LARGA INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES EXTERNAS DO INEA".
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL.
DATA DE INÍCIO DE ACOPLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 14/11/2018, ÀS 09:00 HORAS.
DATA LIMITE PARA ACOPLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 28/11/2018, ÀS 10:45 HORAS.
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 28/11/2018, ÀS 10:50 HORAS.
DATA E HORA DO PREGÃO: 28/11/2018, ÀS 11:00 HORAS.
PORTAL: www.compras.rj.gov.br
NÚMERO DA LICITAÇÃO NO PORTAL: 22126
AQUISIÇÃO: O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, podendo alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permissão de 02 (dois) resmas de papel A4, na Avenida Venezuela, 110 - Sala 404 - Saúde - Rio de Janeiro - RJ - no horário de 10:00 às 12:00 e de 14:00 às 16:00 de segunda à sexta-feira.

INFORMAÇÕES: Os interessados poderão obter informações sobre o Edital no endereço e horário acima mencionado ou pelo telefone (21) 2334-9430.
Id: 2145608